



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0262687-7

AGRAVANTE: BANCO FIBRA S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E BANCÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS MUNICIPAIS QUE DETERMINAM ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA AUMENTAR A SEGURANÇA NOS BANCOS. INOCORRÊNCIA. ADI 239223-9. EXISTÊNCIA DE INTERESSE LOCAL. ART. 30, I, DA CF. SEGURANÇA. ATIVIDADE ESSENCIAL À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIO. INVIOABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. LEI QUE NÃO AFASTA EXCEÇÕES AO QUE INSTITUI. VIOLABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INOCORRÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS SUPORTES FÁTICOS CONSIDERADOS PELAS LEIS E A ATIVIDADE EXERCIDA PELO AGRAVANTE. AFASTAMENTO DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES.

1. "Por força dos artigos 30, I, e 182 da CF, o Município é competente para dispor sobre regras que tenham por escopo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, além de garantir o bem-estar e segurança de seus habitantes, segundo o legítimo interesse local" (TJPE – ADI 229223-9 – Corte Especial – Rel. Des. Leopoldo Raposo – DJe 05.03.2012).

2. A prestação de segurança é indispensável ao satisfatório exercício da atividade bancária, motivo pelo qual não violam os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade leis que determinam a adoção, pelos bancos, de medidas que visam a aumentar a segurança nos limites físicos de suas agências.

3. "Os Municípios possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, I, da CF), tais como medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários" (STF – ARE 691.591 AgR/RS – Primeira Turma – Rel. Min. Luiz Fux – Julg. 18.12.2012 – DJe 26.02.2003).

4. Por ser mandamento de caráter geral e abstrato, não viola o princípio da isonomia a lei que não esgota em seu texto todas as hipóteses de sua incidência e dele não exclui situações excepcionais, que podem ser afastadas casuisticamente.

5. Para a aplicação da lei, é necessário que seja observado o suporte fático que seu texto considera. No caso em espécie, a Lei Federal 7.102/83 e as leis municipais n. 17.647/2010, 17.662/2010, 17.669/2010 e 17.672/2010 exigem, como condição de incidência, que exista



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

movimentação de numerário no estabelecimento, haja acesso livre ao público, sejam instalados caixas para realização de operações financeiras.

6. O agravante demonstrou de forma satisfatória que a atividade por ele exercida não se enquadra em nenhum desses pressupostos de fato, constatação que afasta o requisito da verossimilhança das alegações ventiladas pelo *Parquet*.

7. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em **dar provimento** ao presente recurso, tudo nos termos do voto do Des. Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife/PE, 08 de outubro de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0262687-7

AGRAVANTE: BANCO FIBRA S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória exarada nos autos da Ação Civil Pública tombada sob o n. 0057387-39.2011.8.17.0001, na qual o Juízo da 29ª Vara Cível da Comarca da Capital deferiu, liminarmente, o pedido de antecipação de tutela, determinando que os então demandados juntassem aos autos originários prova do atendimento total das exigências instituídas pela Lei Federal n. 7.102/1983 e pelas Leis Municipais n. 17.647/2010, 17.672/2010, 17.669/2010 e 17.662/2010, exigências estas devidamente discriminadas no *decisum* vergastado (fls. 37/43).

Nas razões do recurso, o agravante defende:

- a) Inconstitucionalidade das leis municipais que serviram de base para a decisão, sob o argumento de que houve usurpação de competência legislativa da União.

Para a instituição bancária, não tem a municipalidade competência para legislar sobre segurança pública, o que afronta o art. 144, da CF;

- b) Inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da isonomia, tendo em vista que o atual conceito de banco foi ampliado em relação ao passado, englobando também instituições de crédito, independentemente de haver circulação de valores.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Nesse sentido, no escritório do agravante que funciona na cidade de Recife/PE, não há circulação de numerário e todas as operações de transferência de recursos são feitas eletronicamente;

- c) Incompetência dos Municípios para legislar sobre segurança pública, sob o prisma legal, pois a competência para dar parecer favorável à instalação de agência bancária é do Ministério da Justiça (art. 1º da Lei n. 7.102/83);
- d) Inconstitucionalidade das leis municipais por violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porquanto se está transferindo o ônus do Estado, de prestar segurança pública, ao particular, utilizando recursos do sistema financeiro;
- e) Que não se enquadra no mesmo perfil de atendimento das instituições bancárias de varejo, isto é, em seu estabelecimento não há atendimento ao público em geral, não há movimentação de numerário ou depósitos em cheques e não há guarda de valores, e, conseqüentemente, não há caixas nem cofre;
- f) Ausência dos requisitos autorizadores da concessão de tutela antecipada.

Em suas contrarrazões, às fls. 639/668, o *Parquet* sustenta, em síntese:

- a) Competência da Justiça Estadual para julgamento do feito, em virtude da falta de citação da Caixa Econômica Federal e da desistência de sua citação pelo MPPE;
- b) Competência dos Municípios para legislar sobre segurança bancária;
- c) Serem devidas as obrigações impostas pelas legislações aplicadas na decisão interlocutória recorrida, as quais se encontram atualmente *sem*

694



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

qualquer eficácia, por causa da insistente renitência dos Bancos em descumpri-las;

- d)** Presença dos requisitos autorizadores da concessão de tutela antecipada.

Às fls. 630/632 o então Eminentíssimo Desembargador Relator proferiu decisão através da qual deferiu a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

O recurso é tempestivo e se encontram presentes todos os demais requisitos de admissibilidade.

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento, independentemente de Revisão.

Recife, 02 de maio de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0262687-7

AGRAVANTE: BANCO FIBRA S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO PRELIMINAR

Primeiramente, não conheço da preliminar de competência da Justiça Estadual para julgamento do feito, levantada pelo agravado, em virtude de não ser esta objeto de impugnação recursal, isto é, não é matéria objeto de debate nos autos.

Inconstitucionalidade das Leis Municipais que serviram de base para o julgado

Como já relatado, o banco agravante suscita a inconstitucionalidade da decisão com base em três argumentos: **a)** o Município não tem competência para legislar sobre segurança pública (e, para tanto, fundamenta sob dois enfoques, o constitucional e o legal); **b)** violação ao princípio da isonomia, por não exercer atividade de varejo; **c)** violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ao transferir ao particular um ônus que é do Estado.

A Corte Especial deste TJPE já teve a oportunidade de analisar, e afastar, a inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 17.647/2010, nos autos da **ADI 229223-9**, de Relatoria do Eminentíssimo Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, nos termos que seguem:

*CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
DISPOSITIVO DE LEI MUNICIPAL QUE EXIGE A OBRIGATORIEDADE DE
INSTALAÇÃO DE ITENS DE SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS.*



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

INTERESSE LOCAL. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. A iniciativa de lei municipal, que não adentra nas questões relacionadas à estrutura organizacional e orçamentária da administração pública, poderá ser exercida pelo Poder Legislativo correspondente. 2. Por força dos artigos 30, I, e 182 da CF, o Município é competente para dispor sobre regras que tenham por escopo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, além de garantir o bem-estar e segurança de seus habitantes, segundo o legítimo interesse local. 3. O STF já firmou entendimento no sentido de reconhecer a competência legislativa do Município para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de itens adicionais de segurança nas agências bancárias, por entender tratar-se de matéria de interesse local. 4. **Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 17.647/2010 do Município do Recife** (TJPE – ADI 229223-9 – Corte Especial – Rel. Des. Leopoldo Raposo – DJe 05.03.2012 - grifei).

Outrossim, com relação às demais leis municipais, não há incursão no tema da segurança pública. Há, sim, a prescrição de deveres oponíveis aos estabelecimentos bancários, com vistas a fomentar a segurança dos consumidores.

Nesse quadro, como é de amplo conhecimento, é farta a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, por aplicação da teoria do risco da atividade (Código de Defesa do Consumidor), o estabelecimento bancário é objetivamente responsável pelo ilícito ocorrido contra o consumidor no âmbito de suas agências.

Sobre o tema, vejamos o aresto abaixo:

CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CHEQUES FURTADOS DE AGÊNCIA BANCÁRIA. USO INDEVIDO POR TERCEIRO. DEVOLUÇÃO INJUSTIFICADA DE CHEQUES EMITIDOS PELAS CORRENTISTAS. DANO MORAL. VALOR. MANUTENÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. CÁLCULO.

I. A segurança é prestação essencial à atividade bancária.

II. Não configura caso fortuito ou força maior, para efeito de isenção de responsabilidade civil, a ação de terceiro que furta, do interior do próprio banco, talonário de cheques emitido em favor de cliente do estabelecimento.

III. Ressarcimento devido às autoras, pela reparação dos danos morais por elas sofridos pela circulação de cheques falsos em seus nomes, gerando constrangimentos sociais, como a devolução indevida de cheques regularmente emitidos pelas correntistas e injustificadamente devolvidos.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

IV. Recurso especial não conhecido (STJ – REsp 750.418/RS – Quarta Turma – Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior – Julg. 12.09.2006 – DJ 16.10.2006 – grifei).

Ainda, não se pode olvidar o enunciado da recentíssima Súmula 479 da Corte Superior, que reza:

As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

Destarte, é incontestável que a garantia da segurança dos usuários é um dever ínsito ao exercício da atividade bancária, dentro dos limites físicos das agências, e, nesse norte, não é outra a matéria regulada pelas leis contestadas.

Pois bem.

Uma vez delimitado o campo de incidência dos diplomas legais sob apreço, resta analisar se o Município, ao instituí-lo, adentrou, inconstitucionalmente, na seara legislativa reservada privativamente à União.

Certamente, não.

Sem rodeios, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento já calcificado no sentido de que, por ser de interesse local, a regulamentação da atividade bancária pelo ente municipal encontra respaldo no art. 30, inciso I, da CF.

Vejamos o seguinte excerto, que, pela riqueza de precedentes citados, torna-se suficiente para o embasamento do entendimento aqui esposado, no ponto que ora se discute:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. LEI MUNICIPAL. PORTA ELETRÔNICA EM TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA NOS LOCAIS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO. INTERESSE LOCAL. INOCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA FEDERAL. REEXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Os Municípios possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, I, da CF), tais como medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários. (Precedentes: RE n. 610.221-RG, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 20.08.10; AI n. 347.717-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 05.08.05; AC n. 1.124-MC, Relator o Ministro Marco Aurélio, 1ª Turma, DJ de 04.08.06; AI n. 491.420-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 24.03.06; AI n. 574.296-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 16.06.06; AI n. 709.974-AgR, Relatora a Ministra Cármen Lucia, 1ª Turma, DJe de 26.11.09; AI n. 747.245-AgR, Relator o Ministro. Eros Grau, 2ª Turma, DJe 06.08.09; RE n. 254.172-AgR, Relator o Ministro Ayres Britto, 2ª Turma, DJe de 23.09.11, entre outros). 2. Deveras, para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido como deseja o recorrente quanto a extensão da exigência prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 7.494/94 aos terminais de autoatendimento bancário, necessário seria o reexame da legislação local que o orientou, o que inviabiliza o extraordinário, a teor do Enunciado da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, verbis: por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário. 3. In casu, o acórdão recorrido assentou: ADMINISTRATIVO. POSTOS DE AUTO-ATENDIMENTO BANCÁRIO. INSTALAÇÃO DE PORTA ELETRÔNICA DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA. LEI MUNICIPAL Nº 7.494/94. MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. A exigência legal de instalação de porta eletrônica de segurança, com detector de metais, restringe-se às agências e postos de serviços, assim entendidos os postos que realizam as mesmas atividades das agências, com atendimento ao público, mas com menor número de funcionários, não se estendendo aos meros terminais de auto-atendimento. 4. Agravo regimental a que se NEGA PROVIMENTO (STF – ARE 691.591 AgR/RS – Primeira Turma – Rel. Min. Luiz Fux – Julg. 18.12.2012 – DJe 26.02.2003).

Portanto, é de clareza solar que as normas impugnadas incidentalmente não afrontam a distribuição constitucional de competência legislativa e, assim, não padece da alegada inconstitucionalidade formal orgânica.

Por fim, não há que se falar em violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade das leis municipais, tão só pelo fato de que o agravante não exerce as mesmas atividades das agências bancárias que atuam no varejo.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ora, como é sabido, as leis são normas de caráter **geral e abstrato**, de forma que é inconcebível exigir-se que prevejam todas as hipóteses de incidência que pretendem regular. O *discrímen*, quando necessário, deverá ser feito casuisticamente, pelo intérprete da lei.

A alegação, portanto, deve ser analisada à luz das provas colacionadas aos autos, motivo pelo qual será vista com mais profundidade mais à frente.

Diante do exposto a legislação municipal que baseou a decisão interlocutória proferida pelo juízo de piso é plenamente consentânea com os ditames constitucionais, motivo pelo qual rejeito a alegação de inconstitucionalidade das Leis n. 17.669/2010, 17.672/2010, 17.662/2010 e 17.647/2010.

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0262687-7

AGRAVANTE: BANCO FIBRA S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

O agravante alega que atua em um tipo de segmento da atividade bancária diverso do varejo, em que são atendidas apenas pessoas jurídicas, sem que haja movimentação de numerário, e que as pessoas físicas são atendidas apenas em casos operados por intermédio de correspondentes, em geral, concessionárias de automóveis.

Para corroborar, acrescenta que seu único escritório em Recife é situado em duas salas de um edifício empresarial.

Nesse ponto, merece razão a irresignação manifestada.

Ora, a *mens legis* das leis federal e municipais aplicadas ao caso é, claramente, conferir ao ambiente das agências bancárias maior segurança tanto aos trabalhadores quanto aos consumidores.

Nesse cenário, as determinações delas constantes, e que constam também da decisão recorrida, são alicerçadas por determinados pressupostos de fato que devem ser observados para que atinjam seus objetivos.

Tais pressupostos são um elemento da norma jurídica denominado **suporte fático**, que é conceituado com exímia clareza por Marcos Bernardes de Mello, em trecho que transcrevo abaixo:

"Quando aludimos a suporte fático estamos fazendo referência a algo (= fato, evento ou conduta) que poderá ocorrer no mundo e que, por ter sido considerado relevante, tornou-se objeto da normatividade jurídica.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Suporte fático, assim, é um conceito do mundo dos fatos e não do mundo jurídico, porque somente depois que se concretizam (=ocorram) no mundo os seus elementos é que, pela incidência da norma, surgirá o fato jurídico e, portanto, poder-se-á falar em conceitos jurídicos¹.

E continua o autor:

"Geralmente, os suportes fáticos são constituídos de elementos positivos, tais como acontecimentos simples, acontecimentos em complexo, acontecimentos continuados e estados fáticos ou jurídicos. Os acontecimentos, por serem fatos positivos, têm existência espacial e temporal (o fato acontece em determinado local, a certa hora) ou apenas temporal (uma certa data), definida. **Diferentemente, os estados fáticos (como ser surdo-mudo) envolvem situações de permanência, no tempo, resultante de acontecimentos. Do mesmo modo os estados jurídicos, com particularidade de que estes são efeitos de fatos jurídicos: ser incapaz é estado decorrente do fato jurídico da menoridade, por exemplo**"² (grifei).

Pois bem.

Trazendo tais ensinamentos ao caso em apreço, é forçoso reconhecer que os suportes fáticos das normas aplicadas levam em consideração os seguintes estados fáticos: **1.** Existência de movimentação de numerário no estabelecimento bancário; **2.** Acesso livre ao público; **3.** Instalação de caixas para realização de operações financeiras.

Uma vez presentes tais hipóteses, as medidas impostas pelas leis em debate incidem no presente caso. *A contrario sensu*, a inexistência de tais suportes fáticos inviabiliza a aplicação das normas.

As alegações tecidas nas razões recursais são bastante elucidativas no sentido de situar o agravante em grupo diverso daquele que compõem os Bancos atuantes no setor de varejo, aos quais, indubitavelmente, se aplicam as regras que serviram de base para a decisão hostilizada.

¹ MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do Fato Jurídico: plano da existência. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 41.

² *Op. cit.* P. 49.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Acrescento, aqui, que, de acordo com o documento de fl. 188, o único estabelecimento do agravante operante no Município de Recife se situa em um edifício empresarial.

Em meu sentir, esta constatação é um forte indicativo de que, certamente, inexistiu o trânsito de consumidores, pois o bom senso aponta no sentido de ser inviável o atendimento ao público em local onde o acesso de pessoas é restringido.

Unam-se a isso as fotografias de fls. 47/53, que comprovam satisfatoriamente a incompatibilidade das instalações do escritório do agravante com as de uma agência bancária de varejo.

Diante disso, concluo que a decisão vergastada, sem embargos de sua valiosa efetividade no que toca as agências bancárias atuantes no segmento de varejo, não tem aplicabilidade em relação ao Banco Fibra S/A por se fazer ausente, na espécie, o requisito da verossimilhança das alegações do órgão ministerial.

Ante todo o exposto, meu voto é no sentido de dar provimento ao presente recurso de agravo de instrumento para revogar a decisão atacada em relação ao Banco Fibra S/A.

É como voto.

Recife, 28 de outubro de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator